

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário da Manhã

Presidente do TCE-GO é transferido para São Paulo após acidente

.....

A Redação

TCE-GO aprova normas que aprimoram fiscalização de emendas parlamentares estaduais

.....

Ministério Público do Estado de Goiás

Portal do Ministério Público do Estado de Goiás

.....

Poder Goiás

GO é transferido para hospital em São Paulo após acidente doméstico

.....

Tribuna do Planalto

GO estabelece normas para garantir mais transparência em emendas parlamentares

.....

Presidente do TCE-GO é transferido para São Paulo após acidente

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Helder Valin, de 67 anos, foi transferido na noite de sexta-feira (12) para o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, após sofrer complicações de saúde devido a um acidente doméstico, ocorrido há duas semanas. A informação foi confirmada pela assessoria da Corte e a transferência confirmada pela Brasil Vida Táxi Aéreo.

De acordo com fontes próximas, Valin sofreu traumatismo craniano após cair em sua residência e bater a cabeça. Além disso, complicações relacionadas ao diabetes agravaram seu quadro clínico, que, apesar de uma recente melhora, continua grave.

O conselheiro encon-trava-se internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein, em Goiânia, onde segue apresentando uma evolução positiva em seu estado de saúde. No entanto, em comum acordo com a família, decidiu--se pela transferência para a capital paulista, visando um tratamento especializado.

O acidente ocorreu dentro da residência de Valin, quando ele sofreu a queda que resultou em um edema cerebral, levando ao desmaio. No momento do incidente, sua nora, médica intensivista, estava presente e prontamente iniciou os primeiros socorros, chamando a ambulância e assegurando que o atendimento fosse realizado com a maior urgência possível.

TCE-GO aprova normas que aprimoram fiscalização de emendas parlamentares estaduais

A Redação

Goiânia - As emendas parlamentares estaduais terão suas execuções acompanhadas com ainda mais rigor pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). As regras que disciplinam esse controle foram estabelecidas na Resolução Normativa nº 11/2025, proposta pela Presidência do órgão, aprovada pelo Pleno e publicada no último dia 9 de dezembro.

O Tribunal já fiscalizava a regularidade das emendas e disponibilizava informações para controle social no Observatório do Cidadão, no painel Destinação dos Recursos das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas, com dados desde 2021.

Segundo o órgão, a normativa visa "assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional dessas transferências" segundo o relator da matéria, conselheiro Edson Ferrari, que mencionou a "crescente demanda por maior publicidade e responsabilidade na gestão desses recursos e, naturalmente, em face das recentes decisões do STF cobrando e determinando a contemporânea atuação dos tribunais de contas nesses gastos."

Em seu voto, o relator faz alusão à Nota Recomendaria Conjunta emitida pelas entidades representativas do Sistema Brasileiro de Controle Externo, que orienta as cortes "a adotarem medidas para assegurar a conformidade dos processos legislativos orçamentários e da execução das emendas parlamentares ao modelo federal de controle."

As regras são destinadas tanto aos gestores públicos quanto às entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiárias de recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais. Elas tratam do detalhamento do propósito da emenda, seu valor, identificação da entidade executora, prazo previsto para implementação e sua publicação em plataforma digital unificada de transparência específica para este tipo de emenda, a ser desenvolvida pelo Poder Executivo, dentre outras exigências.

A implementação integral das medidas previstas na Resolução Normativa deverá ocorrer até 1º de janeiro de 2026.

Portal do Ministério Público do Estado de Goiás

Na tarde desta segunda-feira, 15 de dezembro de 2025, a Escola Superior do Ministério Público de Goiás (Esump) recebeu a visita institucional da presidenta do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG), Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

O encontro teve como objetivo a apresentação das propostas da atual gestão do IDAG e tratativas para novas parcerias com o Ministério Público do Estado de Goiás, por meio da Escola Superior.

GO é transferido para hospital em São Paulo após acidente doméstico

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Helder Valin, é transferido para o Hospital Albert Einstein, em São Paulo. A informação foi confirmada pela assessoria da Corte.

Segundo fontes, Valin sofreu traumatismo craniano após uma queda em casa, com batida na cabeça, e apresentou complicações associadas ao diabetes. Mesmo após melhora recente, o estado de saúde é considerado grave. Helder Valin tem 67 anos.

Em nota, o TCE-GO informou que o conselheiro apresenta evolução positiva e permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein, em Goiânia. Apesar do quadro clínico mais estável, a família optou pela transferência para a capital paulista.

O acidente ocorreu na sexta-feira (28/12). Conforme o jornal Opção, Valin caiu dentro de casa, bateu a cabeça e desenvolveu um edema, o que levou a um desmaio. A nora do conselheiro, médica intensivista que estava no local no momento do ocorrido, prestou os primeiros atendimentos e acionou a ambulância, o que garantiu socorro imediato.

GO estabelece normas para garantir mais transparência em emendas parlamentares

As emendas parlamentares estaduais terão suas execuções acompanhadas com ainda mais rigor pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). As regras que disciplinam esse controle foram estabelecidas na Resolução Normativa nº 11/2025, proposta pela Presidência do órgão, aprovada pelo Pleno e publicada em 9 de dezembro de 2025. O Tribunal já fiscalizava a regularidade das emendas e disponibilizava informações para controle social no Observatório do Cidadão, no painel Destinação dos Recursos das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas, com dados desde 2021.

A normativa visa "assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional dessas transferências" segundo o relator da matéria, conselheiro Edson Ferrari, que mencionou a "crescente demanda por maior publicidade e responsabilidade na gestão desses recursos e, naturalmente, em face das recentes decisões do STF cobrando e determinando a contemporânea atuação dos tribunais de contas nesses gastos." Em seu voto, o relator faz alusão à Nota Recomendaria Conjunta emitida pelas entidades representativas do Sistema Brasileiro de Controle Externo, que orienta as cortes "a adotarem medidas para assegurar a conformidade dos processos legislativos orçamentários e da execução das emendas parlamentares ao modelo federal de controle."

As regras são destinadas tanto aos gestores públicos quanto às entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiárias de recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais. Elas tratam do detalhamento do propósito da emenda, seu valor, identificação da entidade executora, prazo previsto para implementação e sua publicação em plataforma digital unificada de transparência específica para este tipo de emenda, a ser desenvolvida pelo Poder Executivo, dentre outras exigências. A implementação integral das medidas previstas na Resolução Normativa deverá ocorrer até 1º de janeiro de 2026.